

MUSEU CAPIXABA DO NEGRO *MARIA VERÔNICA DA PAS* (MUCANE): LUGAR DE QUILOMBISMO E DE PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS (1994-2020)

MUSEU CAPIXABA DO NEGRO *MARIA VERÔNICA DA PAS*: LUGAR DE QUILOMBISMO Y PROTAGONISMO DE LAS MUJERES NEGRAS (1994-2020)

Maria José Corrêa de SOUZA*

André Filipe Reid Pereira dos SANTOS**

Resumo: O presente artigo objetiva acompanhar a trajetória do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônca da Pas* (MUCANE), a fim de analisar se o museu foi e ainda é um espaço de quilombismo e de preservação da memória do protagonismo da mulher negra. Utilizou-se também da observação participante e da pesquisa com perguntas semiestruturadas e fontes diversas. Por fim, na análise dos resultados, juntamente com as considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa onde constatou-se que o MUCANE surge com a proposta de ser um lugar de resistência, de memória viva, alteridade e autonomia, mas com a institucionalização do espaço, houve uma tentativa de apagamento de algumas memórias, e conseqüentemente perdeu força do instituinte.

Palavras-chave: Museu; Memória; Quilombismo; Protagonismo; Mulheres Negras.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo seguir la trayectoria del Museu Capixaba do Negro *Maria Verônca da Pas* (MUCANE), con el fin de analizar si el museo fue y sigue siendo un espacio de quilombismo y de preservación de la memoria del protagonismo de la mujer negra. También se utilizó la observación participante y la investigación con preguntas semiestruturadas y fuentes diversas. Finalmente, en el análisis de los resultados, junto con las consideraciones finales, se presentan los resultados de la investigación, donde se constató que MUCANE aparece con la propuesta de ser un lugar de resistencia, de memoria viva, alteridad y autonomía, pero con institucionalización desde el espacio, hubo un intento de borrar algunos recuerdos, y en consecuencia perdió fuerza de la institucionalización.

Palabras clave: Museo; Memoria; Quilombismo; Protagonismo; Mujeres negras.

Considerações iniciais

O direito à memória e à cultura está garantido na Constituição de 1988, como expõe o Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das

* Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. E-mail: mazecorrea@gmail.com .

**Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: afprsantos@gmail.com

manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 126). E diz ainda, no § 1º: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...]” (BRASIL, 1988, p. 126). Diante disso, a luta em defesa da memória e da cultura é uma luta em prol de um direito fundamental.

A busca pela garantia desse direito gestou também a ideia da criação do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas* (Mucane), o qual teve início em 1988, quando as discussões em torno do centenário da abolição da escravidão, ocorridas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fomentaram a ideia de criação de um espaço para a preservação da memória da negritude capixaba. Esses debates foram coordenados pela Médica Psiquiatra, precursora do feminismo negro no Estado e ativista antirracista Maria Verônica da Pas. A preparação do cenário do centenário da abolição foi palco de grandes debates e mobilizações do Movimento Negro do Espírito Santo, os quais duraram cinco anos e levaram o então Governador Albuíno Azeredo, primeiro governador negro do Brasil, a acatar essa demanda do Movimento Negro por um museu que celebrasse a história dos negros no Estado. Mas essa interpretação foi motivo de acaloradas discussões, assim como a data escolhida pelo governador para a publicação e criação do Mucane, por meio do Decreto Lei nº 3.527, de 13 de maio de 1993. O Decreto determinava que no prazo de 31 dias tivessem início as contratações e licitações necessárias para o funcionamento da instituição.

Passados os trinta e um dias, o esperado investimento não aconteceu nem na gestão do então governador, que terminou no final de 1994, nem na gestão de seu sucessor, Vitor Buaiz. Apesar de o Movimento Negro Organizado ter o decreto e o espaço, este era um prédio caindo aos pedaços. Diante disso, o caminho escolhido pelo Movimento Negro, sob a Coordenação de Maria Verônica, foi fazer uma ocupação estratégica do prédio, a fim de não perder o espaço. A primeira ação foi a criação do Pré-vestibular para Negro, além da promoção de atividades culturais e visitas de escolas ao Museu, que está situado no Centro de Vitória, capital do Espírito Santo.

Partimos da hipótese de que se trata de um espaço de quilombismo, embora exista um patriarcado e uma desigualdade nas relações de gênero no Mucane, mas que desde a sua fundação foi-se construindo núcleos e narrativas femininas de ocupações e resistências. No desenvolvimento dessa pesquisa, utilizou-se do método descritivo-analítico e dos estudos referentes ao Mucane, ao conceito de quilombismo e à memória

desenvolvidos por Abdias Nascimento (2019). Além das pesquisas bibliográficas, foram colhidos os depoimentos de duas ex-coordenadoras do Museu.

O artigo tem como objetivo investigar as motivações que levaram à criação do Mucane e proceder à análise do Museu como um espaço de quilombismo, de preservação da memória e do protagonismo da mulher negra.

Quilombismo no enfrentamento ao racismo

A formação da cultura brasileira teve como elemento estruturante o racismo. Este esteve presente na violenta e criminosa prática de escravização de povos de origem africana, de extermínio das populações afro-brasileiras e de tentativas do apagamento de sua memória social. Sobre esse aspecto, Abdias Nascimento (2019) destaca que a memória do afrodescendente brasileiro vem sendo sistematicamente agredida e apagada nos últimos 500 anos. E afirma ainda que:

O chão desse país foi regado com o suor dos africanos e afro-brasileiros. além dos indígenas escravizados, o africano foi o primeiro e o único trabalhador, durante três séculos e meio, a erguer as estruturas do Brasil: os canaviais, os algodoais, os cafezais, o ouro, o diamante a prata e todos os demais elementos da formação brasileira se nutriram no sangue martirizado dos escravizados (NASCIMENTO, 2019, p. 279).

É nesse contexto, segundo o autor, que nascem os quilombos no Brasil: diante da necessidade urgente de o povo negro se defender, de sobreviver e de resgatar sua liberdade. Para Abdias Nascimento (2019), o quilombo é uma das primeiras experiências de liberdade nas Américas e tinha uma organização política e democrática, além de uma estrutura comunitária baseada em valores culturais africanos. Dessa forma, “quilombo não significa lugar de escravo fugido, quilombo significa reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial” (NASCIMENTO, 2019, p. 289-290). Por conseguinte, a propagação dos quilombos os transformou em verdadeiros movimentos de resistência física e cultural para os afro-brasileiros que se recusavam à exploração e à violência escravista, donde o surgimento do conceito de quilombismo.

Kabengele Munanga, prefaciador da última edição do livro *O Quilombismo: Documento de uma Militância Pan-africanista*, diz que Nascimento (2019) descreve o quilombismo como um conceito científico emergente de processos históricos, culturais e político-ideológico. Munanga (2019) afirma que, ao ler o livro 40 anos depois, a obra continua atual. Além disso, Nascimento (2019) observou que:

[...] o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros. Nascimento propõe a criação de um Estado Nacional Quilombista, antirracista, livre, justo e soberano, inspirado no modelo da República dos Palmares e em outros quilombos que existiram e ainda existem no país, cuja finalidade básica seria promover a felicidade do ser humano (NASCIMENTO, 2019, p. 305).

Ainda segundo Nascimento (2019),

[...] o quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar em locais de difícil acesso, como as florestas, que facilitava sua defesa e organização social própria, e os que eram consideradas *ilegais* ou permitidos e tolerados pela elite dominante, normalmente com finalidade religiosa (católica) e de ajuda mútua (NASCIMENTO, 2019, p. 281).

Ao longo do tempo, essas experiências foram se ampliando, sendo que, para Abdias Nascimento (2019), não importam as formas ou objetivos, uma vez que todas elas preencheram uma importante demanda social para a comunidade negra. Ele cita, por exemplo, uma rede de associações: “[...] irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade; dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos” (NASCIMENTO, 2019, p. 281).

Para Nascimento (2019), o ideal quilombista está longe de se esgotar, pois as condições da grande camada da população negra continuam a mesma, com raras alterações superficiais, tendo em vista as condições atuais da população afrodescendente. Descreve ainda que, como resultado de um racismo histórico, a maioria absoluta dessa população mora nas favelas, em alagados, em conjuntos populares e em ocupações irregulares. São também a maioria entre os desempregados e subempregados, além de estarem sujeitos à permanente brutalidade policial e às prisões arbitrárias motivadas pela cor.

Para Almeida (2018), o racismo opera como um sistema de racionalidade que considera como normalidade os exemplos citados por Nascimento (2019) no parágrafo anterior, assim como o extermínio de jovens negros. Em outras palavras o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro e naturalizado pelo Estado. Diante disso, o racismo estrutural é concebido por Almeida (2018) como decorrente da estrutura da sociedade, que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseados em princípios discriminatórios de raça.

Desse modo, Almeida (2018) salienta que a superação do racismo exige considerá-lo como elemento estrutural dos processos de dominação para a constituição de modos alternativos na organização de uma sociedade. A superação do racismo se pautou historicamente na luta dos movimentos negros no Brasil. Na primeira República, como dito anteriormente, os escravizados libertos e seus descendentes criaram inicialmente dezenas de grupos ou associações.

Nessas linhas de ações de enfrentamento ao racismo, Domingues (2007) descreve que na primeira metade da década de 1930 foi criada, no Estado de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB), umas das mais importantes organizações de lutas por direitos das populações negras brasileiras, a qual teve representação em diversos estados brasileiros, inclusive no Espírito Santo. Contudo, a FNB teve seu fim durante o período do Estado Novo (1937-1945).

Por caminhos diferentes, mas na linha de ações de enfrentamento ao racismo e à valorização social do negro e da cultura afro-brasileira, em 1944, Abdias Nascimento criou o Teatro Experimental do Negro (TEN). Nele, havia a mistura do trabalho pela cidadania do ator por meio da conscientização e da alfabetização do elenco, o qual era recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos. O TEN já colocava em marcha algumas das ideias de Abdias Nascimento quanto às necessidades de os negros ocuparem lugares estratégicos na sociedade e na política. Como o próprio Abdias diz em uma entrevista em 2009:

O TEN propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana, degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se à valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia do racismo e uma ação de valorização da estética negra e, por outro lado, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação social em que estava inserido (NASCIMENTO, 2009, p. 9).

Já na década de 1970, depois de um período de turbulências pela conjuntura da ditadura militar, o Movimento Negro voltou a se reorganizar a partir de 1978, período do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Essa entidade, ainda existente nos dias de hoje, foi responsável pela difusão da noção do Movimento Negro como designação genérica para diversas entidades.

Entretanto, o Brasil tornou-se palco das atenções da sociedade e do Estado após a marcha Zumbi dos Palmares em 1995, que levou aproximadamente 30 mil pessoas para Brasília em celebração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Foi um momento

de grande articulação política dos movimentos negros no país, o que nos permite afirmar que a marcha foi um divisor na forma de tratamento do Estado Brasileiro em relação à problemática do racismo no Brasil.

Gustavo Henrique Araújo Forde, ativista antirracista, Doutor em Educação e autor do livro *Vozes Negras na História da Educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*, descreve que o movimento negro capixaba sempre esteve inserido no contexto das lutas antirracistas nacionais e internacionais, reorganizando-se no contexto da criação do MNU.

Segundo Forde (2019), os passos percorridos por esses grupos do Movimento Negro no início dos anos 1980 desdobraram-se em uma grande variedade de entidades, grupos e organizações, cujos desdobramentos chegaram aos dias atuais. Dentre eles, destacou:

O Grupo Gangazumba criado em 1982, o Centro de Estudos da Cultura Negra em 1983, o Grupo Raça em 1985, o Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo criado em 1987, a Associação de Mulheres Negras ‘Oborin-Dúdú’ criada em 1995, o Grupo Afro Cultural Abi-Dudu criado em 1987, o Grupo Negra-ô criado em 1991, o Grupo de Artes Cênicas Afro-Dandara criado em 1994 [...] (FORDE, 2019, p. 50).

Compreendendo o Mucane como um espaço de resistência escolhido pelo Movimento Social Negro Capixaba a partir da preparação das atividades dos 100 anos da Abolição, optamos por narrar a trajetória do Museu como espaço de quilombismo/quilombagem a partir do protagonismo de Maria Verônica da Pas, além de Edileusa Penha de Souza, Suely Bispo e tantas outras mulheres empoderadas que aqui são citadas direta ou indiretamente.

Maria Verônica da Pas: afetos e resistências

O itinerário das lutas antirracistas no Espírito Santo, que culminou com a criação do Mucane, perpassa pela trajetória e pela memória de Maria Verônica da Pas. Relembrar sua história se faz necessário, pois, como afirma Suely Carneiro (2018) em entrevista ao site da Fundação Tide Setúbal, realizada em março de 2018, as conquistas alcançadas pelo Movimento Negro terminam por privilegiar homens negros em função do sexismo presente em nossa sociedade.

Podemos notar a relevância da afirmação de Carneiro (2018) quando observamos as narrativas nos livros sobre os quilombos brasileiros. Muitos citam Palmares, na figura de Zumbi, e de Ganga Zumba, esquecendo outros personagens atuantes nesses

movimentos de resistência. Dandara, por exemplo, durante séculos foi citada, como no site oficial Fundação Palmares, como auxiliar nas estratégias e “esposa de Zumbi”, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Fazendo uma crítica à síntese apresentada da biografia dessa grande guerreira, Madeiro (2019) salienta que é típico do patriarcado descrever Dandara apenas como esposa e auxiliar nas estratégias de defesa do quilombo. Para o autor, existem várias lacunas sobre a história de Dandara, levando alguns pesquisadores a duvidar de sua existência. Além disso, segundo Madeiro (2019), no caso de Dandara, não há documentação comprobatória, porque os assassinos dos negros de Palmares quiseram omitir sua presença. Observa-se que essas narrativas sobre Dandara trazem as marcas do racismo estrutural e do machismo, porque, na prática, ela foi uma grande estrategista e capoeirista na defesa de Palmares e nas lutas negras. Isso tudo vai muito além do que o rótulo reduzido à auxiliar e esposa de Zumbi, que a coloca como coadjuvante da própria história.

Nesse sentido, a trajetória dessa mulher e de tantas outras foi apagada porque a história foi contada na perspectiva do patriarcado. Dandara foi muito mais que esposa de Zumbi, foi uma grande estrategista na luta contra a escravatura e em defesa da Nação de Palmares. A Lei 13.816/2019 incluiu o nome de Dandara dos Palmares no livro de heróis e heroínas da Pátria, que está no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Sua inclusão foi oficializada 22 anos depois da inclusão de Zumbi do Palmares, porém falta ampliar sua biografia nos livros de história.

Ao falarmos dos quilombos como espaço de resistência, faz-se necessário apresentar o papel das mulheres nesse processo, que é histórico, mas também contemporâneo. Para apresentarmos a história do Mucane, é preciso reverenciar a memória de Maria Verônica da Pas – principal mentora e idealizadora da proposta do museu – a fim de torná-la conhecida para além do Movimento Negro e dos frequentadores do espaço do museu.

Ela nasceu Maria, como tantas outras Marias, mulher negra que veio ao mundo numa família numerosa. Foi a segunda filha dos onze que seus pais tiveram, sendo que eles conseguiram apenas criar oito. Maria Verônica desafiou as impossibilidades e se formou em medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) e se especializou em Psiquiatria. Foi militante do Movimento Negro e precursora do movimento de mulheres negras no Espírito Santo. Atuou em várias frentes da luta feminina, além de ter sido coordenadora do museu até sua morte, em 1996.

Segundo a pesquisadora Edileuza Penha de Souza (2020), ativista antirracista e contemporânea de Verônica, Verônica atuou na defesa dos direitos fundamentais em várias frentes e participou das reuniões do primeiro grupo de mulheres negras. “As reuniões aconteciam aos sábados à tarde no Bairro Santa Rita, localizado em Vila Velha (ES). Era início dos anos 80, em plena ditadura” (SOUZA, 2020).

Uma das ações realizadas por elas foi a divulgação de panfletos, cujo título foi *Ligadura Ditadura*, que objetivava sensibilizar as mulheres para não trocarem o voto por cirurgias de laqueaduras. Importa lembrar que essa prática de trocar votos por laqueaduras acontecia em nível nacional, principalmente em regiões de vulnerabilidade social. No contexto dos anos de 1980, o bairro Santa Rita era uma região de extrema vulnerabilidade. Ele surgiu nos anos anteriores como fruto de uma ocupação em uma área de mangue, que a cada povoamento era aterrado, dando origem a muitas casas construídas com a técnica de palafitas. Como mulher negra e médica, Maria Verônica encampou essa luta junto às suas companheiras.

A saúde é um dos problemas mais presentes na vida das mulheres negras em todas as regiões do país e, diante disso, para Sueli Carneiro (2003), esse tema deve ser transformado em pauta de luta por parte dos coletivos. A saúde da mulher é uma pauta importante do feminismo negro, o que demonstra que as lutas locais encampadas por Verônica e suas companheiras dialogavam com as lutas nacionais. Por essa e por outras razões, ela foi considerada uma mulher à frente do seu tempo.

Para Souza (2020), Verônica foi uma mulher empoderada e realizada profissionalmente. Coursou medicina e se especializou em Psiquiatria numa época em que poucas negras chegavam à universidade. Foi também atuante na desinstitucionalização da saúde mental, além de filha, mãe e companheira, buscando conciliar sua atuação em defesa de várias demandas.

Além disso, participou da coordenação do Projeto Cultural Afro-Brasileiro da Sub-Reitoria Comunitária da UFES, sendo presidente da Comissão do Centenário da Lei Áurea. Nesse cargo, organizou e coordenou várias atividades, como o Seminário Internacional da Escravidão, em 1988, na UFES. Foi nesse contexto que surgiu a ideia da criação do Mucane. Por um lado, parece existir um consenso de que Maria Verônica da Pas é a grande idealizadora do Museu Capixaba do Negro e que 1988 foi o marco inicial de uma longa luta para a realização desse projeto. É, portanto, mais que justo o Museu homenageá-la com seu nome, visto que é uma forma de preservação da sua memória. Por outro lado, podemos perceber que a questão de gênero também foi motivo de conflito e

isso está explicitado no trabalho da pesquisadora Fernanda de Castro Barbosa (2015), que resgata uma entrevista muito significativa, na qual uma entrevistada afirma que, no contexto de 1988 até o início da década de 1990, gerava desconforto em algumas lideranças negras o fato de uma mulher estar coordenando a discussão para a criação de um museu. Nesse contexto, alguns militantes acreditavam que defender demandas específicas dentro dos movimentos negros significava comprometer, enfraquecer e dividir a luta. Essa informação também foi confirmada por Souza (2020) na entrevista no contexto da produção desse artigo.

Esse depoimento presente na pesquisa de Barbosa (2015) e outras práticas observadas na gestão de Edileuza Penha de Souza e Suely Bispo durante a trajetória do Mucane, descritas por alguns militantes, nos remete ao texto de Lélia Gonzalez (1988), cujo título é *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Nele, a autora afirma que a conscientização das mulheres negras em relação às opressões sociais ocorre, antes de qualquer coisa, pela via racial, e que as raízes e as experiências históricas e culturais comuns entre as mulheres e os homens negros acabam por fortalecer laços políticos. Ainda segundo a autora, a luta de mulheres e homens negros pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica da abolição da escravatura e se estende até os dias atuais.

A pesquisadora Jaqueline Lima Santos (2011), no seu texto *O feminismo negro como perspectiva*, afirma que foi dentro do Movimento Negro Unificado, na década de 70, que os movimentos de mulheres negras do século XX tiveram possibilidade de se articular, incluir e defender sua pauta política. De forma empírica, podemos perceber que não foi diferente aqui no Espírito Santo: as mulheres negras organizadas tiveram que enfrentar o poder, fruto da sociedade machista e patriarcal, dentro e fora do movimento negro¹.

Diálogos sobre Verônica, Quilombismo e MUCANE

O roteiro das entrevistas que realizamos contou com as seguintes perguntas: 1. Para você, qual o papel de Maria Verônica da Pas para a existência do Mucane e para a luta antirracista no Espírito Santo? 2. O Mucane é um espaço de quilombismo?

Conversamos com duas “mulheres em movimento”, ou seja, segundo definição delas próprias, de uma militância não tradicional, cujas histórias de vida foram atravessadas pela trajetória de Maria Verônica da Pas e do Mucane. São elas: A Prof.

Doutora em Educação, Cineasta-documentarista, ativista antirracista Edileuza Penha de Souza e a atriz, poeta, escritora e Mestre em Estudos Literários e ativista antirracista Suely Bispo. As duas fizeram parte do primeiro grupo de mulheres negras no Espírito Santo, assim como fizeram parte da ocupação de resistência cultural do Mucane, liderada por Verônica, em 1993.

Ambas as depoentes apresentam um olhar privilegiado sobre a trajetória de Maria Verônica da Pas junto ao Museu, em períodos de grandes conflitos: Edileuza da Penha Souza foi eleita coordenadora pelas organizações do Movimento Negro da Grande Vitória após a morte de Verônica, em 1996, e ficou até 2003, juntamente com Zuilton Ferreira, Madalena Telles, Ariane Meireles, Gil Mendes, Ilma Viana, entre outros nomes. Dando continuidade ao movimento de ocupação do Mucane, Suely Bispo, que foi a primeira Coordenadora após a reforma do Mucane feita pela Prefeitura Municipal de Vitória (ES), cumpriu sua gestão de maio de 2012 a outubro de 2013. Conversamos também com Gustavo Henrique Araújo Forde, ativista antirracista e Doutor em Educação. Ao lado das entrevistas, buscamos fontes documentais sobre o museu, como revistas, pesquisas em andamento ou concluídas e sites.

Quanto ao papel de Verônica da Pas para a criação do Mucane, Souza (2020) assinala que pensar a memória negra no Espírito Santo significa pensar a memória de Maria Verônica da Pas e a sua trajetória na conquista do Museu Capixaba do Negro. Sobre esse aspecto, Suely Bispo destaca:

No depoimento que dei e que está no livro *Negros no Espírito Santo* de Cleber Maciel, com 2ª edição, organizado pelo professor Osvaldo, na época que eu era coordenadora que o MUCANE foi fruto reivindicações dos setores organizados da população negra em movimentos sociais. Nada veio de presente. Ela conseguiu reunir militantes e artistas das mais diversas áreas em 1994 para ocupação cultural do museu, como uma forma de garantir o espaço. Enfim, Verônica foi fundamental para o Museu, ela fazia acontecer. E agora, olhando para a trajetória do Mucane. Penso que nos períodos em que em que a gestão está sob o comando de uma mulher, Mucane tem mais movimento, mesmo com todas as dificuldades. Falo isso pensando na Verônica, Edileuza, no curto período que fiquei na gestão e na atual gestora (BISPO, 2020).

A percepção da Suely Bispo sobre a força das mulheres no contexto do museu pode dialogar de forma ampla com a fala de Angela Davis (2017) numa palestra proferida na Universidade Federal da Bahia, em 27 de julho de 2017, sobre o poder de mobilização das mulheres: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social

onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (DAVIS apud ALVES, 2017, p.2).

Souza (2020) acrescentou que a militância de Verônica era visível também na sua estética moderna e de empoderamento, e que os anos de convivência com ela foram fundamentais para a construção da sua própria estima. Ainda segundo a autora, era libertador ver a forma livre e lúdica que Verônica da Pas usava os cabelos: com *black power*, *dreadlocks* e acessórios, sem se preocupar com julgamentos.

Foi o desejo de manter o Mucane que moveu Verônica da Pas no processo de construção do espaço. Ela lutou bravamente para conciliar seu trabalho como médica no Hospital São Lucas e a sua vida pessoal com as atividades voluntárias na Coordenação do Museu. Participou de inúmeras reuniões com os gestores do Estado para conseguir viabilizar a restauração do espaço, reforma essa que não veio nem na gestão do governador Albuíno nem na Gestão do Governador Vitor Buaziz. Segundo Souza (2020), ela fez, inclusive, contatos internacionais promissores.

O Museu Nacional da História e Cultura Afro-americana (NMAAHC) em Washington (DC) – ficou interessado em financiar a reforma do MUCANE, por causa do ineditismo do MUCANE no contexto da América Latina. Mas a Burocracia e ou falta de vontade política da gestão por intermédio da Secretaria de Estado na época, não foi possível concretizar essa parceria. O prédio onde estava o museu continuou caindo aos pedaços. Toda essa situação, e muitas outros obstáculos vividos por Maria Verônica na Coordenação, me fazem acreditar que ela morreu de desgosto. Ela era médica, jovem e saudável e teve aneurismas... na verdade, penso que o racismo institucional matou a Verônica (SOUZA, 2020).

Quando Souza (2020), que acompanhou a luta pela conquista do espaço físico para o Mucane, diz acreditar que “[...] o racismo institucional matou Verônica na forma de um aneurisma [...]” (SOUZA, 2020), provavelmente ela está chamando a atenção para as dificuldades burocráticas citadas anteriormente, que muitas vezes podem ser usadas para mascarar o próprio racismo. Além disso, houve uma opressão que sofreram para sair do espaço, que na época era disputado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida, que intencionava aumentar o número de salas que ocupava no prédio. Ainda segundo Souza (2020), “[...] muitas vezes, quando o grupo que estava fazendo a ocupação cultural chegava no museu, encontrava marcas de tiro. Alguém da delegacia tinha ‘brincado’ de fazer o museu de treino para tiro ao alvo, na hora em que não tinha ninguém” (SOUZA, 2020).

Aqui podemos dialogar novamente com Almeida (2018), para quem o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Com base nessa ideia, “[...] as instituições são a materialização das determinações formais na vida social [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 30) e derivam das relações de poder, de conflitos e de disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição.

Em resposta à segunda pergunta, que questionava se o Mucane foi ou é um espaço de quilombismo, Souza (2020) diz que até onde ela vivenciou a trajetória do museu, pode afirmar que foi um espaço de quilombismo: “[...] foi criado para ser um espaço de consciência, de memória, de pesquisa, de produção. Um espaço que demarcasse a identidade negra capixaba, e brasileira [...]” (SOUZA, 2020). Desse modo, ela espera que esse espaço não seja para exaltar instrumentos que serviram para destruir a identidade negra, como insistem algumas pessoas em enaltecer objetos de tortura como sendo a única memória negra.

Souza (2020) acrescenta, porém, que não está acompanhando o conceito do Mucane atualmente e que não pode afirmar se ele ainda é um espaço de quilombismo. Relata, com estranheza, mas sem muita surpresa, o que parece ser mais uma tentativa de apagamento de sua trajetória no museu: o fato de não ter sido convidada para a festa de inauguração da reforma do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas*, após a reforma feita pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). “Estiveram presentes ‘estrelas’ do circuito nacional, com ou sem nenhuma relação com a trajetória do Mucane” (SOUZA, 2020). Parece ter havido tentativas de apagamento de algumas trajetórias, segundo a pesquisa de Barbosa (2015), que faz uma análise desse evento citado por Edileusa a partir das imagens publicadas nos sites oficiais, de depoimentos de alguns presentes e ausentes, e constata que foi perceptível a tentativa de invisibilização de pessoas e histórias.

Em relação ao conceito de quilombismo, Souza (2020) acrescenta que não lembra de terem parado para estudar esse conceito em conformidade com o postulado de Abdias Nascimento no processo de construção do museu. Lembra, porém, de terem estudado, no grupo de mulheres negras do qual participava na década de 1980, “[...] autoras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, dentre outras” (SOUZA, 2020). Para ela, o quilombismo faz parte de um conhecimento ancestral, daí a relevância de Abdias Nascimento, que ela acredita ser um dos primeiros a pensar e escrever sobre esses ensinamentos que são ancestrais.

Acreditamos ser importante pontuar que, no quilombismo de Abdias Nascimento, pode-se observar uma grande correspondência entre os espaços e a teoria apresentada por ele e por Beatriz Nascimento: conhecimento científico do quilombo aplicado por meio dos debates e discussões que os espaços promovem.

Suely Bispo (2020) também tem dúvidas se o Mucane ainda é um espaço de quilombismo, pois, desde que saiu da coordenação do Mucane, em 2013, voltou poucas vezes lá e não acompanha de perto as atividades do museu hoje. Conta que assumiu a coordenação após a reforma e recebeu um prédio espaçoso, lindamente reformado, mas vazio:

Recebi um prédio sem mobiliário, sem acervo para exposição, sem uma equipe de apoio, apenas uma técnica administrativa, (muito competente), mas com poucas condições objetivas para trabalhar, a biblioteca não tinha livros. Quando tinha algum evento, corria de uma Secretaria a outra para conseguir algumas cadeiras aqui, outras ali, e a gente ia fazendo. Mas para receber o público em especial, alguma escola, quando não tinha exposição, muitas vezes tivemos que usar a criatividade, contar história, fazer um sarau. Mas o pior para mim foram as brigas por cargos e disputas de poder. Ouvia muito: ‘fulano/a quer seu cargo, cuidado!’ As brigas, as vaidades me magoaram muito (BISPO, 2020).

Bispo (2020) acrescenta que, dentro do Conselho do Mucane, sempre teve o apoio incondicional de Alcebíades Cabral e de Ilma Viana e Luiz Henrique. Ao final da sua gestão, Suely, como uma forma de catarse, escreveu uma poesia sobre aquela época, que está publicada no seu livro *Lágrima fora de lugar*, lançado em 2016.

Ancestralidade

Alívio sair do cerco dos abutres
Afinal não sou carniça.
A sobrevoar o museu
Um urubu
De quando em vez
Pousa
A sondar a carniça
Não visível
A olhos nus.
O lixo espiritual
Acumulado por séculos
De infelicidade cravada
Nas almas que ainda
Não se libertaram
Da escravização dos corpos
Da escravidão emocional
Das intrigas, desarmonias e discórdias
(BISPO, 2016).

Em uma leitura possível da poesia, podemos dizer que, quando a autora diz “[...] alívio sair do cerco dos abutres, afinal, não sou carniça [...]” (BISPO, 2016, p. 22) ela faz uma referência à sua exoneração do cargo, que foi uma indicação da PMV e, como ela metaforicamente disse anteriormente, era disputado pelos “urubus” que sobrevoavam o Museu. Provavelmente, muitos outros conflitos somados a esses culminaram em sua saída, mas parece que esse motivo foi o mais doído. Quando ela diz “[...] alívio sair desse cerco, afinal, não sou carniça [...]” (BISPO, 2016, p. 22), provavelmente quis dizer: “Eu não estou morta! Estou aliviada em sair, pois tenho muita coisa para viver”. No desenvolver da poesia, há indícios de que ela critica os negros que não se libertaram do racismo e os convida a enegrecerem.

Em relação ao comportamento de muitos militantes no período de sua gestão, sentido e descrito por ela, podemos inferir que o abandono por boa parte do Movimento Negro que Suely sofreu pode ter sido consequência da insatisfação do próprio movimento com a PMV pela forma como conduziu a institucionalização do Mucane que, para muitos, foi de forma arbitrária. É possível que a maioria das críticas não seja à pessoa dela, mas ao que ela representava nesse momento. Mas também é possível que estejam presentes desejos e disputas por cargos e salários por parte de alguns. Segundo Gustavo Forde (2020), a proposta inicial do Mucane se aproximava de uma perspectiva do quilombismo.

A conquista desse espaço foi fruto de muita mobilização resistência do movimento: projeta-se uma sala de acolhimento para entidades negras e canal direto com o movimento, construção de espaços permanente de exposição permanente e outra para exposições rotativas, entre outras coisas, para além de espaço físico, é ser espaço de consciência, de memória, de pesquisa, de produção. Um espaço que demarcaria a identidade negra capixaba. Observe que com a Institucionalização do Museu pela PMV, e todo esse longo processo de disputas de narrativas em torno do Museu foi desgastante (FORDE, 2020)

A institucionalização a que ele se refere foi feita pela Lei Complementar nº 406, de 25 de julho de 2007 que, em seu artigo 2º, institui que “O Museu Capixaba do Negro – MUCANE, patrimônio cultural do Estado do Espírito Santo, passa a ser administrado pelo Município de Vitória [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2007, n.p). Posteriormente, em 26 de maio de 2008, explicitou-se que a concessão do uso do museu é por um prazo de 25 anos, podendo ser renovado, desde que haja interesse entre as partes. Todo esse longo processo de disputas de narrativas em torno do Museu foi desgastante. Assim, podemos afirmar que o Mucane não é mais hoje esse espaço com características quilombistas,

includente e plural. Perdeu-se um pouco a força instituinte dos movimentos negros em função da institucionalização burocrática do museu.

Apesar das implicações trazida pela forma com que a PMV conduziu à institucionalização do Mucane, pudemos observar, de forma empírica, que existe indícios de um desejo também por parte da atual gestora, Thais Souto Amorim, e de parte da militância acadêmica de preservar a memória do Museu e o protagonismo de Maria Verônica da Pas, Podemos citar como exemplo a exposição e a roda de conversa coordenadas pela estudante/pesquisadora do curso de Ciências Sociais da Ufes Jaiara Dias, em 18 de maio de 2019. Na ocasião, foram expostas 30 fotos no *hall* do Museu e aconteceu um bate-papo sobre sua ocupação em 1995. Além da partilha de memórias, houve uma roda de conversa com algumas pessoas que fizeram parte e conduziram atividades na Vigília Cultural, registradas nas fotografias que foram expostas.

Dentro dos limites dessa pesquisa, analisamos que as premissas do conceito de quilombismo esteve presente nos anos iniciais da trajetória do Museu Capixaba do Negro *María Verônica da Pas*, mas que, ao longo dos anos, foi se perdendo nos embates de velhos e novos conflitos potencializados pela institucionalização do Mucane.

Partimos do princípio de que, para Abdias Nascimento, os museus são importantes instrumentos de preservação da memória cultural de um povo e responsáveis por seu patrimônio material ou imaterial. Considerando que em seu manifesto quilombista ele propõe que o “[...] governo estabeleça museus de arte com finalidade dinâmica e pedagógica de valorização e respeito devidos à cultura afro-brasileira [...]” (NASCIMENTO, 2019, p. 302), ousamos sugerir ao Movimento Negro Capixaba – que tanto lutou pelo espaço do Mucane ser, ao mesmo tempo, instituinte e instituído, ou seja, mesmo estando em um espaço institucionalizado – defender sua autonomia nos espaços decisórios. Urge fazer a mudança, de fato, por dentro, numa perspectiva de defender os interesses coletivos e não individuais. Além disso, faz-se mister buscar estratégias, retomar o poder de gerir o Museu ou numa gestão compartilhada ou conquistar a liberdade de o Mucane ser administrado pelo Conselho Gestor e continuar vinculado à Prefeitura. Enfim, buscar sua autonomia sem se perder nos conflitos internos e nas disputas por cargos e salários.

Considerações finais

A partir do exposto, concluímos que existe um reconhecimento do protagonismo de Maria Verônica da Pas por parte da militância e, principalmente dos que conviveram com ela e conhecem a sua trajetória. Vimos pelos depoimentos e pelas análises das produções sobre o Museu que Maria Verônica da Pas é muito respeitada e homenageada dentro do movimento por ser uma das primeiras mulheres negras a ocupar instâncias na disputa de poder no Estado do Espírito Santo, porém ainda é pouco conhecida do grande público.

No entanto, essa realidade poderá mudar aos poucos, pois existe uma proposta em andamento, segundo a atual coordenadora do Mucane, Thais Amorim, de construir uma sala de exposição permanente sobre a idealizadora e mentora do Mucane.

Ademais, podemos constatar, através das narrativas aqui apresentadas, que existe uma desigualdade de gênero no Movimento Negro Capixaba que, por sua vez, atravessa a trajetória do Mucane e invisibiliza ou desqualifica algumas trajetórias de mulheres negras. Ousamos sugerir o aprofundamento da discussão sobre o machismo no movimento, na mesma medida em que se discute o racismo. Além disso, também se faz necessário aprofundar o conceito de militância negra, pois percebemos que essa visão de uma militância tradicional, na qual a pessoa precisa estar vinculada organicamente a um movimento, tem desqualificado trajetórias importantíssimas na luta antirracista por praticar uma militância “avulsa”, ou seja, uma militância que está inserida numa prática cultural, artística ou acadêmica, mas não está vinculada a um movimento ou associação.

Acreditamos que seja possível retomar o projeto inicial de quilombismo do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas*, ou seja, um lugar coletivo, de cultura, arte e ciência, lugar de acolhimento dos movimentos e saberes negros, lugar de memória e lugar de afeto.

A teoria quilombista ainda vive no seio do Movimento Social Negro no Espírito Santo e no Museu Capixaba do Negro *Verônica da Pas* (Mucane) e deverá ser mais um espaço privilegiado dentre tantas outras experiências quilombistas e de resistências antirracistas no contexto das lutas nacionais e internacionais. Sabemos, também, que os direitos se conquistam na luta. Como alertou Abdias Nascimento (2019), as experiências dos quilombos ensinam que o povo negro não se curvou diante das dificuldades e das barreiras que surgiram em seus caminhos. Que assim seja!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Alê. Ângela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El País*, Salvador, 28 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 18 jul. 2020

BARBOSA, Fernanda de Castro. *Memórias e Identidades no Espírito Santo: um estudo a partir do Museu Capixaba do Negro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9908/1/tese_9057_FERNANDA_DE_CASTRO_BARBOSA%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Final20160621-173135.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

BISPO, Suely. *Lágrimas Fora do lugar*. Vitória: Cousa, 2016.

BISPO, Suely. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] por Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Vitória (ES), jun. 2020.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF): Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, Sueli. *Entrevista com Sueli Carneiro*. Entrevistador: Programas de Influência da Fundação Tide Setubal, São Paulo, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/noticia/3838/fundacao-tide-setubal-entrevista-sueli-carneiro>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez.2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v.12, n.23, p.100-122, 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Lei Complementar nº 406, de 25 de julho de 2007*. Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 391, de 10.5.2007 e sobre a administração do Museu Capixaba do Negro - MUCANE. Disponível em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC4062007.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *Vozes Negras na história da Educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*. Rio de Janeiro: Ed. Brasil Multicultural, 2019.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] por Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Vitória (ES), mai. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

MADEIRO, Carlos. Muito mais que esposa de Zumbi: quem é Dandara, nossa nova heroína negra. *UniversaUOL*, [S.l.], 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/24/dandara-quem-e-mulher-negra-que-quer-ser-heroína-em-pais-de-heróis-brancos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 jul. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: documentos de uma Militância Pan-africanista*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. Entrevista com Abdias Nascimento. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul./dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia de Coronavírus. *Ascom SE/UNA-SUS*, Brasília (DF), 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Brasília (DF), 25 jun. 2020.

Artigo recebido em 11 de março de 2021.

Aceito para publicação em 18 de outubro de 2021.

¹ É importante compartilhar que quase a totalidade dessa pesquisa foi no contexto de pandemia, isolamento social e quarentena como consequência do COVID-19. Por isso, tivemos que fazer ajustes e escolhas.